

ADRIANA CIRQUEIRA

ETNIAS INDÍGENAS ALAGOANAS



INSTITUTO FEDERAL
Alagoas
Campus Benedito Bentes



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PROTEÇÃO PROFSSIONAL E TECNOLÓGICA

EXPEDIENTE TÉCNICO

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA

Produção: **Adriana Cirqueira Freire**

Orientação: **Profª Drª Beatriz Medeiros de Melo**

Projeto gráfico e diagramação: **Alan Fagner Ferreira**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal de Alagoas / *Campus Satuba* Biblioteca Benevides Valente Monte

F866e Freire, Adriana Cirqueira.
Etnias indígenas alagoanas [Ebook]. / Adriana Cirqueira
Freire; Beatriz Medeiros de Melo. -- Maceió/ AL:
Editora, 2020.
Recurso digital: il.; 64 f; v.1.
Formato: PDF
Requisitos do sistema Adobe Digital Editions.
Modo de acesso World Wide Web.
ISBN:978-65-00-06998-3 .
1. Cultura. 2. Povos indígenas. 3.Educação integrada. 4.
Ensino. 5. Alagoas. 6. Produto educacional. I- Melo, Beatriz
Medeiros de. II. Instituto Federal de Alagoas. III Título.
CDU: 316.343.43 (817)
CDD: 306.089

Aparecida Maria da Silva - Bibliotecária - CRB-4/1513



Oca do Saber, Território Wassu Cocal
Foto: Andre Cerqueira (2019)

SUMÁRIO

1. Para início de conversa	06
2. História.....	10
3. Quem são, onde e como vivem	32
4. Cultura	42
5. Sem finalizar	48
6. Referências	60



Pintura corporal indígena para o casamento de Rani Kariri-xoco
Foto: Guttenberg de Jesus (2017)

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Caros(as) professores (as) e estudantes,

Este material didático tem uma intenção declarada e, em nossa concepção, urgente: oferecer uma contribuição para a efetivação da educação integral, omnilateral, no âmbito do Ensino Médio, dentro e fora dos Institutos Federais. Na contracorrente de uma educação bancária, seguimos os passos de Paulo Freire, e também de Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, entre outros teóricos que colaboraram para fundamentar uma educação comprometida com a justiça social, com a defesa da mais ampla autonomia dos povos, com o desvelamento dos mecanismos de reprodução do poder e da desigualdade. Por isso, a educação que desejamos só pode se realizar por meio do *trabalho* quando este é compreendido como *princípio educativo* em seu aspecto mais abrangente. Enquanto trabalhamos, educamos, conhecemos, transformamos... e empregamos todas as nossas potencialidades, nosso ser inteiro. É este sujeito integral que desejamos encontrar ao final do processo educativo.

Nossa contribuição para este projeto é trazer para o chão da escola a história, as condições de existência e a experiência de diferentes grupos subalternizados. Estes que foram sufocados pela generalização da propriedade privada, do valor de troca, do modo de vida burguês, europeu, patriarcal, misógino, heteronormativo, racista. E invisibilizados pela narrativa oficial e nacional contada por meio de tantos dos livros didáticos. Ansiamos falar destes sujeitos, das histórias regionais, da diversidade dos modos de vida e, ainda, da violência e da opressão que atravessam a história e consolidam grupos no poder. Essa narrativa, que é também um projeto político-pedagógico, tem sido construída e reconstruída em parceria com estudantes do Mestrado Profissional em Educação Profissional do Instituto Federal, como Adriana, autora deste material que lhes apresento.

Adriana compôs um retrato de povos que, ontem e hoje, resistem a uma sucessão de genocídios: os povos indígenas. Milhões foram assassinados, etnias inteiras desapareceram, territórios foram usurpados. Em Alagoas, os indígenas resistiram a esse processo com articulações interétnicas, lutando pela terra e pelo reconhecimento de sua identidade; sobretudo diante do avanço de uma cultura ocidental eurocêntrica e de uma política econômica neocolonial. Sua resistência ecoou na Constituição de 1988, quando, então, passaram a ter assegurados o processo de demarcação de suas terras, a manutenção de suas línguas, de suas culturas. Hoje, continuam lutando pela demarcação dos territórios usurpados, enquanto o genocídio indígena persiste e os direitos conquistados são sistematicamente negligenciados.

Quem são e como vivem os índios alagoanos? Quem sabe? Por que sabemos tão pouco a respeito de nossos ascendentes indígenas, inclusive dos parentes que sobrevivem? Como foi produzido esse silenciamento através das gerações? Por que há tanta morosidade no reconhecimento dos direitos desses povos? (...). Não apresentamos todas as respostas. Mas abrimos um universo de inquietações e reflexões que poderão ser desenvolvidas em sala de aula por meio do diálogo com os conhecimentos de professores e professoras no cotidiano escolar.

O retrato que oferecemos aqui foi produto de um esforço de sua autora, descendente da etnia Pankararu do Pernambuco e dos Katokkin de Alagoas, de redescoberta de suas origens, experimentada no seio de sua família, no chão das aldeias, e também por meio do acesso a importantes trabalhos acadêmicos produzidos sobre os indígenas alagoanos, como os trabalhos de Sávio de Almeida, Abelardo Duarte, Clóvis Antunes, Amaro Hélio Leite da Silva, Siloé Soares de Amorim e outros. Foi trabalho feito com esmero, mas não seria capaz de esgotar os mais importantes debates apresentados naquelas obras, que merecem ser folheadas para que se alcance maior conhecimento empírico e reflexão teórica e analítica. E, enquanto produzido por uma jornalista, foi reconhecido por sua banca de avaliação enquanto material rico em informações, possibilidades e debates introdutórios, sobretudo por instrumentalizar professores/as a tratar de temática tão negligenciada e ausente nos livros didáticos conhecidos.

O projeto que deu origem a este material foi conduzido cumprindo os objetivos expressos na fundação dos mestrados e doutorados profissionais, dentre os quais destacamos o de "transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local" (Portaria MEC 389/2017). A metodologia empregada foi a da pesquisa-ação, que considera demandas identificadas em universos específicos de atuação e trabalha

coletivamente na construção de soluções com potencial de produzir transformações sociais significativas. Desse modo, depois de uma investigação entre professores (as) e alunos (as) do Ensino Médio Integrado a fim de capturar suas percepções e conhecimentos a respeito do tema, e diagnosticar um generalizado desconhecimento, foi produzida a primeira versão do material didático. Este retornou às mãos de seus colaboradores (pesquisadores do tema, professores e alunos) que apararam arestas, corrigiram e complementaram informações, avaliaram a eficácia da linguagem e do conteúdo para o público ao qual é destinado.

A primeira parte do texto oferece um breve relato da presença, dispersão e sobrevivência dos indígenas brasileiros, fazendo já algumas referências que alcançam o contexto alagoano. Na segunda parte, adentra especificamente aquele contexto. Baseado em pesquisas etnográficas, historiográficas e sociológicas, o conteúdo do material remete e apresenta resultados de pesquisas científicas, informações censitárias, documentos oficiais e fotografias. Por sua multiplicidade de fontes, pode ser utilizado no âmbito de diversas disciplinas, tais como História, Geografia, Sociologia, Língua Portuguesa, Artes. E através da lista de materiais e referências bibliográficas complementares oferecidas ao final do texto, o/a docente encontrará conteúdo para aprofundar algumas questões levantadas aqui, a partir da sua perspectiva disciplinar.

Então... convidamos os/as docentes do Ensino Médio, especialmente do Estado de Alagoas, a percorrerem as páginas deste material e selecionarem trechos que dialoguem com suas disciplinas. Podemos, juntos(as), trabalhar para o *(re)conhecimento* dos indígenas na memória e na identidade coletivas, na memória e identidade de famílias alagoanas, na história e na cultura regionais.

Bom trabalho a todos/as.

Profª Drª Beatriz Medeiros de Melo - orientadora

Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico IFAL

Professora Efetiva do Mestrado Profissional em Educação Profissional - IFAL.

Professora Colaboradora do Mestrado em Sociologia - UFAL.



Criança Jiripancó

Foto: Domingos Savio (2019)

HISTÓRIA



Americae Pars Meridionalis, gravura em cobre, impressa em papel, de H. Hondius e J. Janssonius

Entre o século X e o século XIV, os povos do tronco linguístico Tupi migraram para o leste e expulsaram para o interior do continente, grande parte dos povos falantes de línguas do tronco linguístico Macro-jê e outros que habitavam o litoral, região com melhores condições naturais e com fauna e flora mais abundantes e de fácil acesso. Ao chegarem ao litoral brasileiro, os portugueses fizeram contato com os povos das variantes da língua Tupi que ali habitavam.

De acordo com os Estudos Especiais Indígenas, feito com informações compiladas do censo IBGE 2010 sobre os povos indígenas do Brasil, além dos povos pertencentes aos troncos linguísticos Tupi (156.073 indivíduos) e Macro-jê (129.431), existem etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos (216.480): Aruak, Karib, Pano, Tukano, Arawá, Katukina, Makú (Nadahup), Nambikwára, Txapakúra, Yanomami, Bóra, Guaikutú, Múra, Samúko, Chiquito, Jabuti e Witóto - todas as famílias são subdivididas em etnias.

Existem ainda outras etnias cujas línguas não são classificadas em troncos nem em famílias (170.540). É neste último grupo que o IBGE classifica as atuais etnias indígenas alagoanas. Existem alguns estudos sobre o Kariri (cariri ou kiriri), uma pequena família linguística nordestina falada por algumas etnias alagoanas no passado, que o classifica como pertencente ao tronco Macro-jê. Com quatro dialetos, Dzubukuá, Kipeá, Camurú e Sapuiá, apenas os dois primeiros foram parcialmente documentados com fins de catequização no século XVII.

As nações tupis consideravam as nações de línguas não-tupis como inimigos, chamando-os de tapuy-ú (bárbaros), que o colonizador adaptou para "tapuio" ou "tapuia". Apesar dessa nomenclatura ter sido utilizada de forma generalizada, ela foi historicamente construída pelos colonizadores com o passar do tempo, não se referindo a uma etnia específica, nem unicamente a origem linguística ou ocupação geográfica.

Os indígenas foram de fundamental importância para o sucesso da colonização e para o domínio português. Ao receber os europeus, desejar criar laços com o novo povo, e ter acesso aos utensílios que dispunham, algumas nações tupis incorporaram os europeus como aliados na tradição hoje conhecida como "cunhadismo". (ver mais na seção "Para saber mais"). A necessidade de ampliação da mão de obra se deu ainda pelas demandas das reduções, missões e aldeamentos.

Algumas nações tupis se relacionavam e faziam alianças através dessa tradição, realizada através do casamento. Os portugueses, sendo aceitos na tradição obtiveram alianças, guias e mão de obra através das relações de parentesco construídas com os povos nativos. Também conseguiam ampliar o contingente de mão de obra através dos prisioneiros de outras etnias trazidos em guerras tribais, que os portugueses resgatavam em troca de mercadorias.



Dança dos Tarairiu (Tapuias), óleo sobre tela, de de Albert Eckhout

Os povos aqui encontrados tinham muitas diferenças culturais e disputavam territórios de caça e coleta, o que ocasionava inimizades e batalhas periódicas. Durante o período colonial os europeus tiraram vantagem da inimizade entre os povos indígenas e as guerras intertribais se misturaram às guerras coloniais. As disputas entre portugueses, franceses e holandeses pelo território brasileiro, foram, muitas vezes, travadas com a participação dos indígenas e descendentes mestiços (muitas vezes obrigados a essa miscigenação de forma violenta) vinculados a cada povo conquistador, de forma a defender seus interesses, diminuir as perdas de vidas europeias e conseguir a “compra à corda”, adquirindo e escravizando os cativos aprisionados entre os perdedores. Quando a necessidade dos portugueses por mão de obra aumentou, eles passaram a travar guerras com o intuito específico de aprisionamento e escravização (as reduções, missões e aldeamentos também utilizavam a mão-de-obra indígena).

As relações entre portugueses e povos indígenas foram pontuadas por alianças e conflitos. Algumas vezes os indígenas, percebendo que as intenções portuguesas eram danosas aos seus interesses, rompiam relações com portugueses e se aliavam aos franceses ou holandeses, com o intuito de combater um inimigo comum. Essas alianças e conflitos se davam em função de suas estratégias de sobrevivência.

O QUE É O CUNHADISMO?

Cunhadismo é o nome que os portugueses deram, no período da colonização do Brasil, para a instituição mais importante na vida dos tupis guaranis que encontraram nessa colônia, em torno da qual esses indígenas organizavam a vida em suas tribos. Era uma organização baseada nas relações entre cunhados, visando principalmente o trabalho — e também a guerra, considerada ela própria um trabalho como qualquer outro, embora mais perigoso e arriscado, e por isso mesmo mais glorioso e heroico para os guerreiros.

Isso porque em quase todo o mundo, as sociedades tribais normalmente pensam nas suas lideranças políticas seguindo o modelo das relações entre pais e filhos. O líder tende a ser comparado a um pai de família a quem os liderados devem obediência assim como as crianças devem obediência aos seus pais. É um modelo baseado na hierarquia de poder que se observa no interior das famílias.

O interessante é que os tupis guaranis fugiam a esse padrão quase mundial de organização das sociedades indígenas tribais, e se organizavam de uma maneira extremamente original e interessante. Embora não deixassem de se organizar segundo o modelo das relações familiares, para eles a referência imitada em sua organização política não era a relação

de poder entre os pais e os filhos, mas aquela relação de relativa igualdade que se observa entre os cunhados. E mais do que isso: ao contrário dos irmãos de sangue, os cunhados são pessoas de fora da família que são acolhidos como novos membros dessa família, e em condição de igualdade — pois se por um lado o irmão de sangue pode muitas vezes ser considerado "mais próximo" que o cunhado nesta família em que ele foi acolhido, por outro lado, na família original da qual esse cunhado veio as relações se invertem e se equilibram: quem é irmão de sangue nesta família é cunhado na outra, e quem é cunhado na outra é irmão de sangue nesta.

Além disso, o modelo do cunhadismo valoriza também a união entre famílias diferentes, o que por um lado respeita melhor os laços de sangue e diferenças de uma família para outra do que a ideia artificial de imaginar toda a sociedade como membros de uma só família; e por outro lado, ao mesmo tempo, estabelece laços mais verdadeiros e sólidos entre essas famílias, porque estimula a ideia de que o outro, o diferente, pode ser aceito como novo membro da família (sem deixar de, no entanto, continuar fazendo parte também de uma outra família).

Excerto retirado de "O cunhadismo indígena e a igualdade política entre os tupi-guarani" Disponível em:
<http://abre.ai/projetoquem>

VOCÊ SABIA?

Havia uma necessidade estratégica de alianças entre as nações indígenas e os europeus invasores.

Os tupiniquins eram aliados estratégicos dos portugueses, que eram os grandes inimigos dos tamoios e dos tupinambás, que se tornaram aliados dos franceses.

No sul do país os grupos tupis se aliaram aos portugueses e os guaranis, inimigos dos tupis, se aliaram aos espanhóis.

No início da colonização foram enviados ao Brasil missionários da Companhia de Jesus. Os padres jesuítas chegaram à nova terra em 1549 e formaram Missões Jesuíticas ou Reduções de índios, que eram aldeamentos formados com o objetivo de reunir indígenas (de diferentes etnias), catequizá-los de acordo com os parâmetros do catolicismo contrarreformado e educá-los para o trabalho e para facilitar a conquista e ocupação do imenso território.

Em maior ou menor grau, os aldeamentos religiosos eram organizados sob a orientação dos padres jesuítas. Os indígenas trabalhavam na construção de prédios, na agricultura, na caça, na coleta, na produção de cestos e utensílios de barro, entre outras atividades – tanto para consumo interno como até para comercialização – assim, algumas missões evoluíram de maneira a conquistar autossuficiência.

Durante o período colonial alguns povos (a maioria, os povos tapuias) foram considerados inimigos pelos portugueses porque resistiram à cristianização, a abandonar suas terras para agrupar em aldeamentos e, nesse processo de resistência, firmaram de alianças com outros povos nativos e estrangeiros para enfrentar e tentar deter o avanço português. A escravidão desses povos indígenas foi uma alternativa para a demanda crescente por mão de obra, pois os escravos africanos eram caros demais para maioria dos colonos. Nas grandes lavouras de cana-de-açúcar a escravização de indígenas através das “bandeiras de apresamento” foi uma prática corriqueira até o século XVI, quanto a legislação definiu que a escravização indígena só seria aceita quando os

indígenas se mostrassem hostis e não aceitassem a fé cristã através da chamada "Guerra Justa".

Por aproximadamente 150 anos os aldeamentos religiosos prosperaram, alcançando seu auge no início do século XVII. Esse crescimento acabou se transformando em obstáculo para a expansão portuguesa. Em 1759, por decisão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o



Vista do Rio São Francisco, Brasil, com Forte Maurício e uma capivara, óleo sobre tela, de Frans Post (1638)

Marques de Pombal, diplomata e primeiro-ministro do reino de Portugal, os bens da Companhia de Jesus foram confiscados e os padres jesuítas foram expulsos do Brasil sob a acusação de promoverem a resistência dos indígenas.

O desenvolvimento da pecuária e da monocultura da cana de açúcar, o povoamento e as disputas entre os colonizadores pela posse da terra ocasionaram inúmeros conflitos com os povos indígenas do sertão nordestino como a Guerra dos Bárbaros, que reuniu diversos povos (muitos deles rivais) em uma aliança contra os invasores (ver mais na seção "Para saber mais"). Esses embates se intensificaram no final do



A Primeira Missa no Brasil. Têmpera sobre tela, de Candido Portinari (1948)

século XVII, e após a expulsão dos jesuítas, terminaram por exterminar grande parte dos povos, sendo os sobreviventes que não conseguiram fugir, reunidos em aldeamentos.

A escravização, o trabalho forçado, as doenças, a perda de territórios, o extermínio de etnias, a desestruturação sociocultural, a discriminação, entre outras violências cometidas contra os povos indígenas, durante e depois da colonização, são sentidas até hoje entre os diferentes povos e comunidades remanescentes.

“A Guerra dos Bárbaros” ou “A Rebelião dos Tapuias”

Ocorrida entre os anos de 1650 e 1720, a Guerra dos Bárbaros envolveu os colonizadores e os povos nativos chamados “Tapuia” e teve como palco uma área que correspondia em termos atuais a um território que inclui os sertões nordestinos, desde a Bahia até o Maranhão. A denominação Tapuia foi dada pelos cronistas da época, e perpetuada pela historiografia oficial, aos grupos indígenas com diversidade linguística e cultural que habitavam o interior, em distinção aos Tupi, que falavam a língua geral e se fixaram no litoral. Estudos atuais demonstram que esses povos pertenceram aos seguintes grupos culturais: os Jê, os Tarairiu, os Cariri e os grupos isolados e sem classificação. Entre eles podem ser citados os Sucurú, os Bultrim, os Ariu, os Pega, os Panati, os Corema, os Paiaçu, os Janduí, os Tremembé, os Icó, os Carateú, os Carati, os Pajok, os Aponorijon, os Gurgueia, que lutaram ora contra ora a favor dos colonizadores de acordo com as estratégias que visavam à sua sobrevivência.

Se por um lado a guerra envolveu diversos povos indígenas, muitos deles inimigos tradicionais, por outro lado os colonizadores também entraram em conflito entre si pelas terras e mão de obra escrava nativa, atraindo os mais variados setores da sociedade colonial em formação, tais como: os sesmeiros, os moradores, os religiosos, os bandeirantes, os foreiros, os vaqueiros, os rendeiros, os capitães-mores, os mestres de campo.

Embora tenha tido uma longa duração, cerca de setenta anos, e tenha sido contemporânea à existência do quilombo dos Palmares, a Guerra dos Bárbaros pouco aparece na historiografia, sendo praticamente desconhecida. A omissão dessa guerra nos livros didáticos e os raros livros de estudiosos especialistas sobre o episódio revelam o desprezo dado ao tema da resistência indígena e do violento processo de conquista lusitano no sertão nordestino.

A designação “bárbaros” era dada pelos colonizadores e cronistas da

época aos povos nativos que habitavam à região e ofereciam resistência à ocupação do território pelos portugueses. Essa terminologia etnocêntrica convinha ao discurso colonizador que propagava a catequese e a “civilização” dos povos indígenas nos moldes culturais do europeu ocidental. Eram descritos como povos selvagens, bestiais, infiéis, traiçoeiros, audaciosos, intrépidos, canibais, poligâmicos, enfim, “índios-problema”, pois não se deixavam evangelizar e civilizar. Eram, portanto, considerados os principais obstáculos à efetiva colonização.

Essa imagem reforçou os argumentos do conquistador de impetrar uma “guerra justa” para extirpar os “maus” costumes nativos, satisfazendo tanto as necessidades de utilização de mão de obra pelos colonos quanto à garantia aos missionários do sucesso na imposição da catequese. O resultado foi a criação de dispositivos legais que legitimavam uma guerra de extermínio. É isso que nos confirma o documento datado de 1713, quando os povos nativos já estavam drasticamente reduzidos ou aprisionados e aldeados, no qual o governador de Pernambuco insiste ser “necessário continuar a guerra até extinguirem estes bárbaros de todo ou do menor ficarão reduzidos a tão pouco número que ainda que se queiram debelar o não possam fazer”.

Embora o resultado dessa guerra tenha sido catastrófica para os povos nativos da região, é importante destacar a sua tenaz resistência, que retardou o processo de conquista da terra pelos colonos nos sertões nordestinos por quase dois séculos. Os Tapuia desenvolveram uma forma de luta singular na história da resistência indígena no Brasil. Apesar de um passado caracterizado por conflitos internos entre as diversas tribos, esses povos conseguiram, através de uma série de alianças, alcançar um certo grau de coesão na sua luta contra o colonizador que desejava remover os habitantes indígenas da região para povoá-la de gado (foi o pastoreio que permitiu a ocupação econômica, pelos colonizadores, em todo o interior do Nordeste).

A partir do século XVII, a pecuária foi paulatinamente sendo levada para o interior da região, espalhando-se pelo agreste e alcançando o sertão. A criação de gado permitiu a ascensão econômica e social de alguns habitantes do local, e a Guerra dos Bárbaros tornou-se um meio

para alcançar esse fim, pois, por seu intermédio, conquistava-se o direito a sesmarias, condição essencial para a montagem de uma fazenda de gado. A resistência indígena foi a maior barreira à expansão da pecuária, pois ela só se desenvolveu, ampliando o seu mercado, após o final do conflito, quando as terras estavam “limpas” dos indígenas.

Essas sangrentas lutas da chamada Guerra dos Bárbaros, que dizimaram e desestruturaram muitas tribos indígenas, têm um rico significado histórico no quadro da ocupação dos sertões nordestinos na época colonial, representando um dos mais terríveis genocídios que a História oficial não conseguiu esconder.

Texto adaptado. Original disponível em <http://abre.ai/guerrabbarbaros>.

VOCÊ SABIA?

Dirceu Lindoso (1932-2019) considera que a Guerra dos Bárbaros e o Quilombo dos Palmares foram elementos fundantes na formação da sociedade alagoana. Lindoso foi um educador e intelectual alagoano que, entre outros assuntos, pesquisou e publicou diversos livros sobre a formação do povo alagoano redefinindo a contribuição de negros e indígenas na historiografia do estado.

OS POVOS INDÍGENAS DE ALAGOAS

De acordo com Abelardo Duarte, em "Tribos, aldeias & missões de índios nas Alagoas" (1969) e com informações contidas nas cartas do Diretor Geral dos Índios encontradas nos "Relatórios dos Presidentes de Província de Alagoas" no início do século XIX (ver mais na seção "Para saber mais") e em outros documentos oficiais, tem-se registro histórico sobre como viviam e quais eram os problemas enfrentados pelos indígenas naqueles períodos. Abelardo lista, a partir de diferentes fontes históricas de diversas épocas, vinte grupos indígenas que teriam vivido (e alguns ainda vivem) no território que hoje é o estado de Alagoas:

Abacaríaras, Aconãs, Caetés, Cariris (Kariris), Canapotíós, Ceococes, Moriquitos, Natu, Prakiô, Pipianos (Pipições), Prato (Pratto), Potiguaras, Romaris, Shocó (Xocó), Shucurus, Umãs (Umans), Vouvés, Wakona ("Shucuru, Cariri"), Tingui-Botó (Tingui-Botó-Wakoanã) e Wassu.

Duarte (1969) aponta que já existiram em Alagoas os seguintes aldeamentos indígenas:

- | | |
|---|---|
| » <i>Aldeia em Alagoas,</i> | » <i>Aldeia do Limoeiro,</i> |
| » <i>Aldeia de Atalaia,</i> | » <i>Aldeia da Palmeira dos Índios,</i> |
| » <i>Aldeia da Lagoa Comprida,</i> | » <i>Aldeia de Pão de Açúcar,</i> |
| » <i>Aldeia do Aramuru,</i> | » <i>Aldeia de Porto da Folha ou São Pedro,</i> |
| » <i>Aldeia do Cocal,</i> | » <i>Aldeia de Porto de Pedras,</i> |
| » <i>Aldeia do Colégio ou Porto Real,</i> | » <i>Aldeia de Santo Amaro,</i> |
| » <i>Aldeia de Campos do Arrozal</i> | » <i>Aldeia de São Brás,</i> |
| » <i>de Inhauns,</i> | » <i>Aldeias de São Sebastião,</i> |
| » <i>Aldeia do Jacuípe,</i> | » <i>Aldeia da Serra do Camunaty,</i> |
| » <i>Aldeia da Jacioba,</i> | » <i>Aldeia do Urucu (ou do Urucá).</i> |

Até 1864, com a política de assimilação e a constante busca pelo povoamento e desenvolvimento econômico, a maioria dos aldeamentos havia sido dispersada e passaram a existir apenas oito aldeias na província de Alagoas, situadas em Porto Real do Colégio, Palmeira dos índios, Limoeiro, Atalaia, Santo Amaro, Urucu, Cocal e Jacuípe.

Carta do Diretor Geral dos Índios para o Presidente desta Província

Ilmo. e Exmo. Snr.

Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Exmo datado de 27 de novembro p. p. em que me ordena forneça a V. Exmo. os esclarecimentos precisos para serem enviados ao Governo Imperial as informações que a cerca do aldeamento dos Indios desta Província exige o aviso de 3 do dito mes, de que se dignou V. Excia remetter-me copia.

Achando-me ha pouco tempo no exercicio da Diretoria Geral não estou ainda habilitado para satisfatoriamente cumprir a determinação de V. Excia o seguinte: Não há indios errantes nem desaldeados nesta Província, e todos existem reunidos nas seis aldeias seguintes: Jacupirã, Cocal, Atalaia, Urucú, Limoeiro, Palmeira e Collegio.

As mais populosas são as de Jacupirã, Atalaia, Palmeira e Collegio, mas não posso apresentar já os mapyas do respectivo número de habitantes por não me terem sido ainda fornecidos, pelos Directores parciais a quem os tenho pedido: vou de novo lhes ordenar que n'ós remetão com urgencia.

Os indios de Jacupirã, Cocal, Urucú e Atalaia vivem da lavoura de mandioca e alguns legumes; os de Limoeiro, Palmeira vivem dessa lavoura e de algodão, e os do Collegio alem da lavoura de mandioca e legumes usão da industria de fabricarem louça de barro, que vendem como genero do commercio.

As aldeias achavão-se desde muito tempo sem Directores que curassem dos direitos dos Indios, o que deu lugar a lhes serem usurpadas as suas terras por alguns vizinhos poderosos, e hoje não podem elles reivindicá-las sem o auxilio do Governo, mandando-as demarcar, como se torna de grande beneficio aos Indios, e mesmo de conveniencia do Estado, a fim de que elles reconheçam que o Governo os protege não consentindo na usurpação que se faz a estes originarios possuidores do terreno brasileiro.

Das doações feitas aos Indios só tenho puido descobrir duas, que são de quatro leguas em quadra no Urucú, e outra igual porção no Limoeiro, da Comarca de Atalaia, mas faço todas as diligencias para obter taes documentos. Consta que também tres lagoas em quadro forão doadas na Villa da Atalaia, e dentro desta comprehensão se achão hoje alguns Engenhos de fazer assucar: o mesmo succede no terreno das quatro lagoas do lugar Urucú, onde há da mesma sorte Engenhos sem que nenhum delles pague arrendamento aos Indios. Logo que me chegarem os dados que tenho exigido dos Directores parciais darei a V. Exmo. uma informação mais circunstanciada.

Deus Guarde a V. Exmo.

Ilmo. e Exmo Snr. Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo
Presidente desta Província

Jo. Roiz, Leite Pitanga
Director Geral dos Indios

Fonte: (Arquivo Público de Alagoas - APA. Secção de Documentos. M.39 E.11 Diretorias Parciais dos Indios. 1820-1872)

Até a segunda metade do século XIX, existiam oito aldeias na província de Alagoas, situadas em Porto Real do Colégio, Palmeira dos Índios, Limoeiro, Atalaia, Santo Amaro, Urucu, Cocal e Jacuípe. Com o avanço da política oficial de negação do indígena e de seu território, boa parte das terras desses aldeamentos foi expropriada, sendo invadidas ou usurpadas por proprietários rurais e senhores de engenho, culminando com a extinção oficial dos aldeamentos em 1872.

Dirceu Lindoso, em "O Grande Sertão: os currais de boi e os índios do corso" (2011), explica que a ocupação do nordeste brasileiro foi feita através da implantação de grandes fazendas de cana de açúcar nas matas e pelos pastoreios (os chamados "currais de boi") no sertão: uma sociedade de senhores de engenho latifundiários e de curraleiros e vaqueiros, donos de médias e pequenas propriedades. Os dois grupos combateram e expulsaram os indígenas de seus territórios e os empurraram cada vez mais para terras mais inóspitas e com poucas condições de sobrevivência. Isso se manifesta ainda hoje de forma bastante evidente em Alagoas.

Ao terem suas terras invadidas pelos colonos, invariavelmente sob intensa violência, os povos indígenas, que viviam da agricultura, passam a viver com medo e na miséria. Alguns, mais resistentes, se mantiveram nas proximidades de suas terras ancestrais buscando preservar a união do povo e as tradições de seus antepassados enquanto buscavam formas de reaver seu antigo território.

Com política de assimilação, que consistia na destruição das tradições culturais através da europeização, com o objetivo de formar um povo que melhor colaborasse com os interesses dos colonizadores, e o



Praíás no terreiro da aldeia Katokkin na festa do ressurgimento

Foto: Adriana C. Freire (2019)



Crianças Katokkin em roda de Toré
 Foto: Adriana C. Freire (2019)

violento processo de esmagamento dos povos indígenas, no início do século XX, restavam oficialmente reconhecidos os indígenas de Porto Real do Colégio e Palmeira dos Índios. Os indígenas Xucuru-Kariri, de Palmeira dos Índios são descendentes dos Wakona, Kariri e Xukuru e os Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, dos Wakona, Kariri, Karapotó e Xocó.

Com a organização social e o apoio de setores da sociedade civil organizada, e do trabalho do professor Clovis Antunes, em 1978 ressurgiram os indígenas Wassu, de Cocal (Joaquim Gomes), e em 1980 os indígenas Tingui-boto, de Olho D'água do Meio (Feira Grande), sendo reconhecidos pela Funai em 1982 e 1983, respectivamente.

O Atlas das Terras Indígenas em Alagoas (2010), elaborado por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas entre 2006 e 2007, traz informações sobre a história e levantamentos etnográficos sobre os povos indígenas do estado, reunindo documentos, fotografias e relatos. Sobre o histórico dos povos indígenas alagoanos, entre outras informações, aponta que:

- os Xucuru-Kariri são resultado da fusão dos povos Kariri e Xururu, ambos expulsos da região do São Francisco para as serras de Palmeira dos Índios. Quando os Xucurus chegaram a região, no século XVII, encontraram os Kariris e com eles se estabeleceram;

- os Kariri-xocó também surgiram da fusão dos grupos indígenas Kariri de Porto Real do Colégio com os Xocó, expulsos de suas terras no município de Porto da Folha (Sergipe) no século XIX. Os Kariri habitaram as margens do rio São Francisco desde o início da colonização;

- com registros históricos desde o século XVII o grupo indígena Karapotó teve sua existência informada pelo professor Clóvis Antunes, em 1983, vivendo no povoado Terra Nova, no município de São Sebastião.

- o grupo indígena Aconã é uma dissidência do povo Tingui-boto e vive no município de Traipú.

- os Tingui-Boto viviam com os Kariri-xoco quando o professor Clovis Antunes informou à Funai sobre sua existência em 1980.

- os povos indígenas Jiripancó, Karuazu e Katokinn no município de Pariconha; Kalankó, em Água Branca e Koiupanká em Inhapi, municípios do sertão alagoano, são descendentes do grupo indígena Pankararu, do sertão de Pernambuco.

Por muito tempo, grande parte da população indígena alagoana, como em todo o Nordeste, foi considerada extinta por sua condição miscigenada. Essa situação de índios misturados era usada para tentar tirar das comunidades sua condição étnica e deslegitimar suas lutas e reivindicações, desconsiderando a história e as situações a que foram sistematicamente expostos: invasão, expulsão de suas terras, aldeamentos com diversas etnias, desaldeamento e expulsão, inserção na sociedade colonial, dispersão nas matas, etc.

Impulsionados pelos movimentos sociais organizados na sociedade civil e pelos avanços sociais advindos das mudanças ocasionadas pela promulgação da Constituição de 1988, os "ressurgimentos étnicos" ocorridos no Brasil, no século XX, mais especificamente no Nordeste, foram fruto de resistência e reafirmação étnica de alguns povos após séculos de processos de diáspora, miscigenação e apagamento de idiomas, culturas e identidades indígenas.

No início da década de 1990 eram reconhecidos seis povos indígenas no estado: Kariri-Xokó, Xucuru-Kariri, Wassu, Tingui-Botó, Karapotó e Jiripancó. Com a resistência e luta pelo reconhecimento os ressurgimentos étnicos aumentaram e, atualmente, existem onze etnias indígenas em Alagoas: Aconã, Jiripancó, Kalankó, Karapotó, Kariri-Xocó, Karuazu, Katokin,

Koiupanká, Tingui-Botó, Xukuru-Kariri e Wassu.

O processo de miscigenação, a apropriação do ambiente e seus recursos, os interesses econômicos, a drástica diminuição do número de povos e indivíduos, ausência da perspectiva indígena nos relatos históricos, entre outros fatores, colaboraram para a falsa percepção de uma quase total assimilação das comunidades indígenas na sociedade nacional nos estados do nordeste - e em Alagoas não foi diferente. Apesar desse processo de ocasionou êxodo e descontinuidades culturais entre os povos indígenas do Nordeste, as comunidades indígenas alagoanas continuam resistindo e ressignificando sua cultura e etnia.



Representações de mulheres da colônia feitas no século XVII por Albert Eckhout: a mulher tapuia, a mulher tupi, a mulher mameluca e a mulher negra, respectivamente

Foram várias as leis e iniciativas do poder institucionalizado relativas aos povos indígenas ao longo da história: escravização, aldeamentos, trabalho servil, trabalho assalariado, assimilação, terras, integração, etc. Nesse processo, a exploração da terra e da mão de obra indígena foram o foco do poder de mando.

No último século, principalmente, a organização e a luta por direitos conquistaram alguns avanços. Veja abaixo uma linha do tempo com alguns marcos importantes:



1570

Lei sobre a Liberdade dos Gentios

Lei contra o cativo indígena. O cativo só era permitido sob a "Guerra Justa".

Regimento das Missões (Alvará nº 1)

Reconheceu os índios como os "primários e naturais senhores das terras que habitavam", ou nas em que foram aldeados por missionários, não havendo a necessidade de legitimar a posse e devendo seus direitos serem preservados diante de concessões de terras a particulares.

1680

Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará

Estabeleceu a base de regulamentação do trabalho missionário e do fornecimento de mão de obra indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

1686

Diretório dos Índios

Proibia definitivamente a escravidão indígena, mas visava a integração do índio à vida da Colônia.

1755

Fim da Escravidão Indígena (o Diretório foi estendido a toda América portuguesa)

Perda da influência dos religiosos na administração dos aldeamentos indígenas. Índios foram proclamados os nativos vassallos da Coroa.

1758

Abolido o Diretório

O espírito "integrador" do Diretório conservaria sua força na Legislação do Império Brasileiro.

1798

1824

Constituição do Império do Brasil

Não mencionava a presença de índios no território brasileiro.

Regulamento das missões de catequese e civilização dos índios (Decreto nº 426)

Renovou os objetivos do Diretório e visava à "completa assimilação dos índios".

1845

1850

Lei nº 601 – Lei das Terras

As terras onde não viviam mais aldeados formam incorporadas as terras da União como terras devolutas.

Decreto nº 1.368 -

Regulamentação da Lei das terras

Objetivava colocar fim ao domínio e uso comum sobre várias terras que os indígenas possuíam na forma de sesmarias, missões, aldeamentos, doações, etc.

1854

1881

Lei nº. 1.114

Desamortização das terras indígenas

Extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas*-

Por meio de um "Aviso", o Presidente da Província de Alagoas, José Bento da Cunha, determinou a extinção dos aldeamentos na província*

1872

1891

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Concedeu aos governos estaduais as decisões sobre as terras devolutas.

Serviço de Proteção aos Índios e Localiza- ção de Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN)

Primeira agência indigenista laica do Brasil. Seu primeiro diretor foi Cândido Rondon e principais ações da agência foram atração, pacificação, civilização e integração dos índios. Também atuava junto aos governos estaduais no sentido de "reservar terras" para a sua sobrevivência física. Em 1918 passa a se chamar Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

1910

1916

Código Civil

Fixou a figura da "incapacidade relativa" dos índios (tal como menores de idade entre 16 e 21 anos) e determinou que eles fossem 'tutelados' até que estivessem integrados à 'civilização do país'.

Constituição da República

Estabeleceu que "será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las."

1934

1967

Constituição da República

As terras ocupadas pelos índios foram transferidas para a União, tirando qualquer intervenção de governos estaduais dessa definição.

Comissão de Investigação do Ministério do Interior no Executivo Federal

O Relatório Figueiredo (feito pelo promotor público Jader de Figueiredo Correia) foi um relatório de mais de 7000 páginas produzido que descreve violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do SPI contra índios brasileiros compreendendo as décadas de 1940, 1950 e 1960, ocasionando a extinção do SPI e a criação da FUNAI

1967

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Substituiu o SPI na administração das questões indígenas. Mesmo reconhecendo a diversidade cultural entre as muitas sociedades indígenas, foi criada com o papel de integrá-las, de maneira harmoniosa, na sociedade nacional.



1967

Lei nº 6001 - Estatuto do Índio

Segue o conceito do Código Civil Brasileiro de 1916, considerando os povos indígenas como "relativamente incapazes", submetendo-os a tutela por um órgão estatal. Seu objetivo é 'integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva'.

1973

I Assembleia Nacional de Líderes Indígenas (Missão Anchieta, em Diamantino/MT)

Entre 1974 e 1983, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apoiou a realização de 16 assembleias nacionais de povos indígenas.

1974

1975

Surgimento de organizações indígenas

O movimento indígena começa a se constituir, ganhar força e visibilidade.

Constituição da República Federativa do Brasil

A partir da influência do movimento indígena e sua rede de apoio na sociedade civil, esta constituição promulga: - o afastamento da noção de que os povos indígenas se acabariam, - o reconhecimento a estes, - o respeito e o direito às suas formas próprias de organização social, e o direito originário às terras que tradicionalmente habitam, entendidas como indispensáveis à sua reprodução física e cultural, - o reconhecimento de que os índios (sejam indivíduos, comunidades, povos ou associações) se façam representar dos seus modos próprios. - a retirada do Estado o papel de agente tutelar, cabendo a ele zelar pelo reconhecimento desses direitos por parte da sociedade.

1988



1991

Decretos Presidenciais nº 23, 24, 25 e 26 de 04 de fevereiro de 1991

Promovem a desconcentração de responsabilidades relacionadas à saúde, meio ambiente, autossustentação e educação indígena, que eram exclusivas da Funai, para outros órgãos e a descentralização para Estados e Municípios.

Aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº34/93

Que sancionou o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece no Brasil as diretrizes sobre temas fundamentais em relação às populações tradicionais, como o direito dos povos indígenas à terra e aos recursos naturais, à não-discriminação e a viverem e se desenvolverem de maneira diferenciada, segundo seus costumes.

2002

2002

Novo Código Civil

Retirou os índios da categoria 'Relativamente incapazes'.

Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)

Órgão do Ministério da Justiça, composto por representantes indígenas, representantes de organizações indigenistas não governamentais e membros de órgãos governamentais, além de convidados permanentes, dentre os quais o Ministério Público Federal.

2006

Conferência Nacional dos Povos Indígenas

Na conferência, organizada pela Funai, em Brasília, lideranças indígenas realizaram discussões e apresentaram propostas sobre autonomia política dos povos indígenas, territórios indígenas e patrimônio indígena, Educação, Saúde Indígena e Índios Urbanos.

2006

I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

Realizada pelo MEC e Funai na cidade de Luziania/GO, para discutir as condições de oferta da educação intercultural indígena, buscando aperfeiçoar as bases das políticas e a gestão de programas e ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade indígena, com participação social.

2009



I CONEEI
Conferência Nacional de
Educação Escolar Indígena



2010

Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)

Surgiu a partir da necessidade de reformulação da gestão da saúde indígena no país, demanda reivindicada pelos próprios indígenas durante as Conferências Nacionais de Saúde Indígena.

Política Nacional de Gestão Territorial e ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Povos indígenas e órgãos de governo se articulam na construção do planejamento territorial e ambiental, como uma estratégia de sustentabilidade de longo prazo, focada na perspectiva indígena, na estruturação de acordos internos de uso e proteção e na organização das demandas territoriais.

2012-2013

Primeira Conferência Nacional de Política Indigenista

Teve como objetivos avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro; reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País; e propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista, com intensa participação indígena e diálogo.

2015

Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) - Decreto nº 8593

Órgão colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Composto por 45 membros, sendo 15 representantes do Poder Executivo federal, todos com direito a voto; 28 representantes dos povos e organizações indígenas, sendo 13 com direito a voto; e dois representantes de entidades indigenistas, com direito a voto.

2015

Espaço para atualização ou inclusão de marcos na área.



Elisiane Suira, Kariri-xocó
Foto: Suryana Ramos (2019)

QUEM SÃO, ONDE E COMO VIVEM

02



Casamento Kariri-xocó na Igreja Católica da aldeia
Foto: Gutemberg de Jesus (----)

POPULAÇÃO

De acordo com o Censo Indígena 2010, a população autodeclarada indígena alagoana é de 14.509 indivíduos, distribuídos em todos os municípios do estado, dos quais 4.486 habitam nas terras indígenas e 10.023 fora dessas terras. O Censo Indígena destacou ainda que 1782 pessoas residentes em terras indígenas do estado, apesar de, no quesito "raça" não se autodeclararem indígenas, se consideravam indígenas, o que amplia a população indígena alagoana. Desta forma, Alagoas teria 16.291 indígenas, sendo 6.268 residentes em terras indígenas e 10.023 fora delas.

POPULAÇÃO INDÍGENA ALAGOAS

QUANTOS SÃO E ONDE MORAM



POPULAÇÃO TOTAL HOJE:

14.509 indivíduos

DISTRIBUÍDOS EM TODOS OS
MUNICÍPIOS DO ESTADO



HABITAM TERRAS INDÍGENAS:

4.486

HABITAM FORA DE TERRAS INDÍGENAS

10.023

RENDA PER CAPTA

 **60%** vivem com até **1/4 de salário mínimo.**

 **20%** vivem com até **1/2 salário mínimo.**

 **7%** vivem com até **1 salário mínimo.**

 **1%** vivem com até **2 salários mínimos.**

 **12%** vivem **sem rendimento algum.**

*Desse modo, **72%** da comunidade residente está em terras indígenas estão dentro da linha de **pobreza e extrema pobreza.***

FONTE: Censo Indígena 2010.

Para a maioria dos indígenas que vive fora das aldeias o acesso à saúde e educação diferenciadas, apesar da garantia legal, não existe de fato, o que gera conflitos e prejuízos às comunidades.

ETNIAS INDÍGENAS ALAGOANAS (POPULAÇÃO)

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	ETNIA	ALDEIAS INDÍGENAS	POPULAÇÃO IBGE (2010)	POPULAÇÃO SESAI (2015)
REGIÃO DO AGRESTE	Aconã	Aconã	66	69
	Karapotó	Fazenda Terra Nova - Plaki-ô	392	1.104
	Tingui-Botó	Tingui-Botó Olho D'Água do Meio	143	334
REGIÃO DO ALTO SERTÃO	Kalankó	Januária Lagedo do Couro Sítio Gregório	-	310
	Koiupanká	Baixa do Galo Roçado Baixa Fresca	-	564
	Jiripancó	Ouricuri Figueiredo Moxotó Serra do Engenho Araticum	632	1502
	Karuazu	Tanque Campinhos	-	1.749*
	Katokkin	Katokinn	-	-
Região Baixo São Francisco	Kariri-Xokó	Kariri-Xokó	1.949	1.952
Região Planalto da Borborema	Xucuru-Kariri	Fazenda Canto Boqueirão Mara da Cafurna Cafurna de Baixo Serra da Capela Serra do Amaro Coité Riacho Fundo	1.004	1.388
Região Serra dos Quilombos	Wassu	Cocal	2.082	1.799
TOTAL	11	29	6.082	10.771

FONTE: Governo de Alagoas. Estudo sobre as comunidades indígenas de Alagoas (NEPSEPLAG). 2017

TERRA

O maior problema indígena é o problema da terra. Apesar da Constituição Federal de 1088 garantir aos povos indígenas o direito de posse da terra de seus ancestrais, essa realidade ainda não chegou para a maioria dos povos e tem provocado migração indígena para as grandes cidades e centros urbanos em busca de alguma fonte de renda.

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 - Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades, são elas:



RENDA

O Censo Indígena levantou que, na época pesquisada, 60% da população residente nas terras indígenas vivia com uma renda per capita de até 1/4 de salário-mínimo (20% mais de 1/4 até 1/2, 7% mais de 1/2 a 1 e 1% mais de 2). O censo indica ainda que 12% dessa população não possuía rendimento algum, ou seja, 72% da comunidade residente em terras indígenas estão dentro da linha de pobreza e extrema pobreza.

De acordo com as informações oficiais existem 721 terras indígenas no Brasil, 486 com demarcação concluída, onde os indígenas trabalham, em diferentes graus de desenvolvimento, para implementar formas sustentáveis de manejo dos recursos presentes em seus territórios. Em alguns desses territórios mantêm suas atividades econômicas tradicionais de subsistência, como a caça, a pesca, a coleta, a agricultura e a fabricação de diversos tipos de utensílios com materiais naturais para uso e comercialização, de acordo com as oportunidades das áreas geográficas onde estão estabelecidos. Mas a realidade dos povos indígenas de Alagoas é muito diferente, justamente pelo problema da terra.

Os grupos étnicos hoje existentes no sertão alagoano não possuem terras demarcadas. Esses grupos surgiram da interação entre os indígenas remanescentes de diferentes aldeamentos, miscigenados com negros, mestiços e brancos pobres. Estiveram sempre à margem das políticas públicas específicas, atuando no sistema econômico através da agricultura familiar e tendo, no seu trabalho e na luta pela terra, suas marcas de resistência. Para o indígena terra e trabalho são intimamente ligados. E ambos se relacionam com sua identidade.

Existem divergências entre as especificações de terras indígenas pela Funai e pelo Conselho Indigenistas Missionário (CIMI), que trabalha há décadas defendendo os direitos indígenas. Para efeito didático apresentamos a tabela oficial do Estado de Alagoas, com informações da Funai.



*Entrada do território indígena Kariri-xoco,
em Porto Real do Colégio
Foto: Adriana C. Freire (2020)*

Situação das terras indígenas de Alagoas

Povos Indígenas de Alagoas	Terras indígenas retomadas, reconhecidas, demarcadas e regularizadas			
	2014	2015	2016	2017
Xucuru-Kariri	Processo de demarcação concluído, paralisação do levantamento fundiário	Conclusão dos 18 laudos de levantamento fundiário	Retomada da Fazenda Jarro em Palmeira dos Índios	
Wassu-Cocal	Em processo de ampliação	Processo de ampliação indeferido, usando como argumento o Marco temporal. Indeferido pelo STJ em julho	Processo paralisado	
Jeripancó	Em processo de revisão do território	Atividades paralisadas	Nenhuma ação	
Kalancó	Conclusão do GT de identificação do território	Atividades paralisadas	Nenhuma ação	
Koiupanká	Nenhum procedimento de reconhecimento do territorial. Aguarda criação de GT para identificação do território.			
Karuazu	Nenhum procedimento de reconhecimento do territorial. Aguarda criação de GT para identificação do território.			
Katokim	Nenhum procedimento de reconhecimento do territorial. Aguarda criação de GT para identificação do território.			
Pankararu de Delmiro Gouveia	Nenhum procedimento de reconhecimento do territorial.		Povo desaldeado, pleiteando a compra de uma reserva.	
Kariri-Xocó	Declarada Portaria 1271/2014	Retomada de terra e processo de reintegração de posse pelo TRF.	Reintegração de posse 2016.	
Aconaã	Reservada desde 2003.			
Karapotó	Reservada desde 2003.			
Tingui-Botó	Reservada desde 2003.			

Obs. * Informação não consta no quadro original

** Existem os povos que habitam em áreas reivindicadas como tradicionalmente ocupadas que não são oficialmente reconhecidas - alguns em parte e outros em sua totalidade

Fonte: Informações do Cimi (2017)

Na comparação entre as tabelas da FUNAI e a do CIMI existem diferenças entre a situação e também entre a superfície das terras indígenas reconhecidas. Há muitas divergências entre os números oficiais e as reivindicações dos povos indígenas que são acompanhadas pelo CIMI. Além dos interesses políticos e econômicos envolvidos existe a morosidade das ações oficiais.

TRABALHO

O trabalho indígena está diretamente ligado ao problema da terra. Apesar das poucas fontes históricas sobre o trabalho indígena em Alagoas, fica evidenciada a importância de, ao buscar entender as relações entre a sociedade e os povos indígenas, analisar os meios de produção e as bases da economia. A história oficial contempla a vida, o trabalho e os enfrentamentos da população indígena pela lógica colonial eurocêntrica do capital.

A sociedade colonial precisava de terras e da mão de obra pois se fundava na propriedade, no trabalho e na produção. O indígena precisava de seu território ancestral de caça, coleta e rituais para manter seu modo de vida e costumes tradicionais. Na medida em que resistiam ao avanço do colonizador, aumentava a repressão e a violência. Violência física, psicológica e simbólica. Nesses embates foram extintas centenas de etnias e se deu a construção da imagem do indígena preguiçoso, incapaz e ladrão - que se opunha ao ideal civilizatório da época, baseado no trabalho, na produção e na propriedade. A autoridade colonial precisava colocá-los sob seu domínio para que sua presença não fosse capaz de ameaçar a ordem vigente.

As sociedades indígenas isoladas se organizam de modo a adaptar o meio natural para satisfazer suas necessidades. Nelas não existe o trabalho produtivo, com o objetivo de obter lucro. Não se busca a produção de excedentes - a não ser o necessário para trocas ou alguma necessidade pontual (enchente, seca, doença, etc). A diferença entre o trabalho nas sociedades indígenas e na sociedade capitalista não está no tipo de técnica

ou tecnologia empregada, no tempo dispendido ou na satisfação para obtenção de um produto. A diferença de perspectiva reside na finalidade do trabalho e na apropriação dos seus resultados

As sociedades indígenas em contato com a sociedade capitalista acabam reproduzindo, em muitos aspectos, características da última. Hoje, como acontece com a população pobre da zona rural, os indígenas sem terras trabalham como arrendatários, meeiros, vendem sua força de trabalho (diárias ou empreitada) em atividades agropecuárias, na construção civil (imóveis ou estradas), no comércio ou como empregados domésticos. Eles são forçados a essa situação devido ao problema da terra dentro do sistema de produção capitalista que os leva a diáspora e a busca de fontes de rendas alternativas fora de suas comunidades.

EDUCAÇÃO



Formatura do professor Cícero Pareia dos Santos, à esquerda o cacique Genésio Miranda da Silva e o pajé Elias Bernardo da Silva à direita. Todos Jiripancó
Foto: Arquivo pessoal de Cícero Pareia dos Santos (2015)

Os responsáveis pela garantia da educação nas comunidades indígenas são o estado e os municípios. Até 2017 o estado de Alagoas contava com dezoito escolas indígenas distribuídas em oito municípios. De acordo com o IBGE (2010), 33,2% das pessoas com 10 anos ou mais

residentes em terras indígenas não são alfabetizadas. Ainda conforme consta no site do IBGE, nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Educação 2016-2018, a taxa de analfabetismo do estado de Alagoas é 17,2%, o que demonstra que a situação das comunidades indígenas é mais delicada.



Ervison Araújo, Jiripancó, estudante de pedagogia da Ufal. Responsável pela pintura corporal em mostra cultural na Escola Indígena José Caparina
Foto: Domingos Savio (2019)

Alagoas é participante do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), financiado pelo Ministério da Educação e implementado pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) através dos Cursos de Licenciatura Indígena (Clind). O Prolind é um programa que estimula o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais visando a formação superior de professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio nas comunidades indígenas.

Na primeira turma (2010-2015) foram oferecidas 80 vagas nos cursos de Pedagogia, Ciências Biológicas, História e Letras para professores de sete diferentes povos do estado: Jeripancó, Wassu, Koiupanká, Tingui Botó, Karapotó, Plaki-Ô e Xucuru Kariri. Na segunda turma, iniciada em 2020, foram oferecidas 280 vagas nos cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia. Além dos indígenas das onze etnias alagoanas participam da segunda turma indígenas da etnia Pankararú (Pernambuco).



Vitória Correia Cirqueira, Katokkin, na Sede da DSEI AL-SE
Foto: Luana Santana (2019)

CULTURA

03



Praia

Foto: Adriano C. Freire (2019)

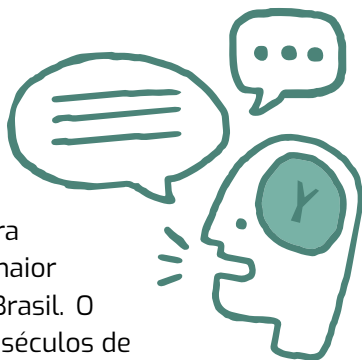
Embora existam pontos em comum, a cultura dos povos indígenas é muito diversificada. As narrativas indígenas se perpetuam pela tradição de transmissão oral (histórias dos antepassados, das vivências e lutas recentes ou antigas e também lendas e histórias para educar). O registro escrito só surgiu em sociedades indígenas com estratificação social, o que não é o caso dos povos indígenas no Brasil. Apesar de não ter existido um sistema de escrita, o desenvolvimento, a conservação e continuidade dos conhecimentos acumulados e as narrativas criadas pelos diferentes povos se mantiveram através da transmissão oral: foram os indígenas que domesticaram plantas silvestres (muitas delas venenosas), criaram diversas variedades de milho, a macaxeira, o amendoim, entre outras culturas – e todo esse conhecimento foi repassado, geração após geração, por via oral. O registro da história e das tradições indígenas pelos próprios indígenas surgiu com a escolarização e a formação de indígenas nas

universidades. Atualmente existem também escritores e produtores de áudio-visuais indígenas que colaboram para o registro, manutenção e divulgação de sua cultura e cotidiano.

LÍNGUA

São faladas hoje no Brasil 274 línguas indígenas, conforme o Censo de 2010 do IBGE - a maioria nas terras indígenas. Sobre a contribuição indígena para nossa língua, é do Tupi-Guarani que advém a maior influência na língua portuguesa falada no Brasil. O Tupinambá foi a língua franca dos primeiros séculos de contato e depois foi adaptada como Língua Geral pelos missionários jesuítas.

Como os invasores europeus não conheciam a fauna e a flora e precisavam dos indígenas também para melhor se locomover nas novas terras, aprenderam com os indígenas muitas das palavras e passaram a utilizá-las. Diversos nomes próprios também foram incorporados ao uso do nosso idioma: Acre (rio verde), Aracaju (cajueiro das araras), Ceará (canto da jandaia), Jacy (Lua), Jundiá (rio dos bagres), Maceió (o que tapa o alagadiço), Ubirajara (dono do bastão), Iguaçu (rio grande), Yara (senhora) e outros. Alguns bairros de Maceió também tem nomes de origem tupi: Ipioca (terra roxa), Jacarecica (a baba ou a posta do jacaré), Jatiúca (carrapato) e Pajuçara (região de espinhos).



VOCE SABIA?

Em decorrência do processo de etnocídio promovido pela Coroa Portuguesa e pela sociedade nacional, nenhuma das línguas nativas das etnias alagoanas foi completamente preservada. Apenas o Kariri (Cariri) tem registros escritos da época colonial. Em Alagoas, algumas palavras e expressões dessas línguas perdidas são mantidas e utilizadas em rituais sagrados. Essa é uma questão traumática para esses povos.

Em todo o nordeste do Brasil, apenas o povo Fulniô, de Águas Belas, em Pernambuco, preservou o uso de sua língua nativa, o latê.

RELIGIÃO



*Pedra Sagrada, território Wassu
Foto: Andre Cerqueira (2019)*

O universo religioso indígena alagoano, como na maioria do nordeste, é centrado no **Ouricuri** e nos **Encantados**, apesar da estreita ligação com o catolicismo, devido a dominação colonial. O ritual do Ouricuri é secreto e periódico, realizando-se de forma mais longa e completa uma vez por ano ou de acordo com o calendário religioso de cada comunidade. O Ouricuri é um dos elementos centrais da identidade étnica: é a tradição. Durante o retiro do Ouricuri os jovens são iniciados e fortalecem os vínculos com o sagrado, fortalecendo também sua etnia, seu povo.

Outro marco importante na tradição e religiosidade dos indígenas do nordeste é o **Toré**, dança coletiva, com movimentos circulares, acompanhada por canto, os **"Toantes"**, e ritmada pelo maracá e pela batida dos pés. Nele todos os homens, mulheres e crianças podem participar – até convidados não indígenas.

Na tradição religiosa dos povos indígenas Jiripancó, Kalankó, Karuazu, Katokinn e Koiupanká, etnias do sertão alagoano, além do **Toré** existe o **ritual dos "Praiás"**, espírito dos ancestrais (representado pelas vestes rituais feitas de palha) com os mesmos nomes dos ancestrais e vestidas pelos **"Moços"**, jovens do sexo masculino que guardam a tradição e o segredo e se preparam fisicamente e espiritualmente para participar dos rituais da aldeia, recebendo os **"Homens"** e vestindo os **"Praiás"** nas festas dos **"Encantados"**. O ritual dos Praiás (ou Ancestrais) é realizado no terreiro da aldeia. Todo terreiro tem seu próprio "Encantado". Existe uma constante participação de outras etnias nos rituais, com a participação de "Praias" de diversas etnias, o que cria e fortalece vínculos entre as comunidades. Esses povos celebram outros rituais além do Toré e das danças dos Praiás e dos Encantados, como a **Flexada do Imbu**, a **Puxada do Cipó** e o **Menino do Rancho**.

A religiosidade indígena é perpassada pelo **sincretismo** indígena-cristão. Na tradição da reza ou "benzeção", as orações e procedimentos incluem o Sinal da Cruz e a utilização de ervas. Em suas residências podem ser encontradas imagens e figuras de santos, terços, velas e outras referências ao catolicismo. Alguns se casam e batizam seus filhos segundo a tradição católica – mas sem abrir mão de sua tradição e rituais.

Outro sincretismo encontrado na religiosidade indígena nordestina é o indígena-africano. Isso porque em suas fugas para as matas e com o surgimento dos quilombos, indígenas, africanos e seus descendentes passaram a conviver e partilhar também suas tradições. Como os africanos, os indígenas, além de cultuar os espíritos da floresta e da natureza, também cultuavam seus ancestrais. Tem em comum também os rituais com danças e sons ritmados com percussão. Muitos traços desse sincretismo podem ser percebidos em grande parte das etnias alagoanas.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Os principais líderes indígenas são o **Cacique** (político) e o **Pajé** (religioso). Em vários aspectos, a figura do Pajé é a de mais destaque na aldeia, pois é o aspecto espiritual que rege muitas questões na comunidade. Sua substituição se dá, na maioria das vezes, pela morte e, a

sucessão se faz dentro das mesmas famílias. O Pajé Júlio Queiroz Suíra, etnia Kariri-xocó, por exemplo, vem de uma tradição centenária, onde a posição vem sendo passada de pai para filho há gerações.

Além das figuras do pajé e do cacique existem conselhos para melhor organizar a vida nas comunidades. O principal é o **Conselho da Aldeia**, composto por homens, em sua maioria, anciãos. Existem ainda os conselhos de saúde e de educação, além outras lideranças locais que auxiliam em diversas questões internas e representam a aldeia em diferentes âmbitos.



Dona Zezinha, Kariri-xocó, conhecedora das tradições de cura
Foto de Adriana C. Freire (2019)

Essa receita de D. Zezinha Kariri-xocó é um remédio da medicina indígena e popular muito conhecida entre o povo sertanejo.

Remédio para curar inflamações:

Casca de Aroeira - Casca de Quixabeira Preta - Casca de Babatimão -
Casca de Bonome - Folhas de Sambacaetá - Água

Modo de fazer:

Juntar 50gr de cada um dos ingredientes a 1 litro de água. Deixar ferver por aproximadamente 15 minutos.

Coar e guardar na geladeira em uma garrafa bem fechada.

Tomar 1/3 de copo, três vezes ao dia, após as refeições, por no mínimo 5 dias e no máximo 10.





Geralda, capitã do time de futebol feminino da Aldeia Wassu Cocal
Foto: André Cerqueira (2019)

SEM FINALIZAR...

04

No livro "Memória das Ciências Sociais em Alagoas", o professor Amaro Hélio Leite da Silva faz um levantamento sobre pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento das Ciências Sociais no estado. Na área da etnografia, para o reconhecimento dos povos indígenas e de seus direitos, em especial sobre os indígenas de Alagoas, cita: Carlos Estevão, em 1930; Padre Alfredo Dâmaso, nos anos 1950; Clovis Antunes, início da década de 1980; O CIMI, na década de 1990, o grupo de estudos da professora Silvia Martins e o grupo de estudos "Índios de Alagoas: cotidiano e etno-história", responsável pela coleção "Índios do Nordeste" (no início do século XXI) e pela formação de inúmeros pesquisadores que contribuíram para a visibilidade e o reconhecimento dos povos indígenas.

A elaboração deste produto educacional se deve, em grande parte, ao trabalho desses e outros estudiosos e pesquisadores dos quais destaco o trabalho dos alagoanos - ou radicados em Alagoas, Abelardo Duarte, Clóvis Antunes, Dirceu Lindoso, Luiz Sávio de Almeida, Amaro Hélio Leite da Silva, Jorge Luiz Gonzaga Vieira, Siloé Soares de Amorim e José Adelson Lopes Peixoto. Além dos autores e instituições que



Oferendas no ritual do "Menino do Rancho" - Festa na Aldeia Jiripancó
Foto: Domingos Savio (2019)

deram visibilidade aos povos e suas problemáticas é importante explicitar que, para que as conquistas fossem possíveis, foram fundamentais a organização e a luta do movimento indígena.

O índio não deixa de ser índio porque vive, estuda e/ou trabalha nas cidades. Ou porque tem televisão, celular e acesso à internet. Também não deixa de ser índio porque não conhece mais a língua de seus antepassados. Por terem sido expulsos de suas terras e afastados de seu modo de vida e serem forçados a viver na periferia das cidades, os indígenas, muitas vezes, se confundem com as demais comunidades pobres e marginalizadas. Além de sofrerem com o preconceito e a discriminação por sua origem.

O estereótipo do índio vestido de penas e pintado, que mora em ocas, não fala português, entre outras características do imaginário popular, não deve ser reproduzido. A identidade indígena se manifesta pela sua cultura, sua tradição religiosa e sua história de resistência, não pelo seu fenótipo ou pelo que ele absorve da "cultura branca". Além disso, o que também os faz indígenas, é sua forma particular de compreender a origem e a dinâmica da vida e do mundo, sua cosmologia, transmitida de geração a geração.

Hoje, quando o indígena absorve a cultura branca ressignifica de acordo com aspectos de sua própria cultura. Eles têm ocupado diversos espaços e levado a discussão sobre a importância da preservação de sua cultura e modos de vida a vários âmbitos da sociedade. O ingresso em universidades públicas garantiram minimamente o acesso dessas populações à formação acadêmica. Existem indígenas mestres e doutores, professores universitários, advogados, engenheiros, médicos, cientistas sociais, etc – e este acesso às oportunidades e tecnologias da sociedade contemporânea não comprometem seu pertencimento étnico.

Ao traçar esses tópicos para introduzir a discussão sobre os povos indígenas nas salas de aula do ensino médio, trazemos a palavras de Saviani para exortar que

"a consciência da historicidade humana é a percepção de que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro. Portanto, eu não posso compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese" (2007, p.04)

Assim, cientes de sua incompletude, esperamos que esse material construído com esforço e amor, possa contribuir para o debate dessa temática importante e negligenciada, e nela avançar, porque, conforme afirmou Maninha Xucuru, "hoje sabemos o lugar que queremos ocupar na história do país".



Cacique Nina Katokkin e Adriana
Foto: Angela Correia Cirqueira (2019)

SUGESTÕES DE MATERIAL DE APOIO

Durante as pesquisas para a produção do encarte "Etnias Indígenas Alagoanas" encontramos diversos materiais disponibilizados na internet que poderiam servir para subsidiar outras atividades em sala de aula ou para pesquisas escolares. Listamos abaixo alguns deles:



A arte rupestre pelo olhar da historiografia brasileira: uma história escrita nas rochas

Arte Indígena: Pinturas, Cerâmicas e Plumagem

Artes Indígenas Brasileiras e Suas Características (Matéria e vídeo)

Artesanato Indígena Brasileiro

Cerâmica indígena do Brasil

Cinema documentário: "Nós se encanta, mas não morre..."

Evocando proteção' - índios do alto Sertão de Alagoas

Grafismo Indígena - Domínio Público

Índios brasileiros, instrumentos musicais

Os Encantados do Sertão

Rojão do Rio Opara Kariri-Xocó

Toantes Pankararu

O Toré dos indígenas do Nordeste – Cantos da Floresta

A Promessa de Clênio

A Promessa de Seu Pedro Katokinn

Os Povos Indígenas na América Latina

Quem eram os povos ameríndios - Biblioteca Nacional Digital

Genocídio indígena nos EUA

Povos Indígenas na Atualidade - US Department of State

Os nativos da América do Norte - vídeo

O Brasil Indígena (IBGE)

Povos Indígenas do Brasil

História do Brasil e Sociedade Colonial

Indígenas de Alagoas

Ser indígena em Palmeira dos Índios

Cartilhas sobre temáticas indígenas

Novo Mundo: a Guerra Justa e a escravidão indígena

Centro de Estudos Ameríndios - CEstA-USP

Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas

Bandeirantismo no Brasil Colônia

Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia

Língua Portuguesa

Palavras indígenas nomeiam a maior parte das plantas e animais do Brasil

Um sistema numeral dos índios Kaiova

Vocabulários indígenas - Obra rara

Áudios e vídeos revelam detalhes de esquema de grilagem dentro de terras indígenas (gênero reportagem)

Cartilhas indígenas e gramática de transferência

Línguas indígenas

Etnolinguística - Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: línguas e culturas indígenas sul-americanas

Karirí como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil

Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Kiriri

Catecismo da língua Kariris (Nantes 1896)

Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Karirí (Queiroz 2012)

Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos (gênero artigo científico)

Dicionário Ilustrado Tupi-guarani

Quem são os youtubers indígenas do Brasil (matéria e vídeos)

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (a partir de 2003)

Trabalho social com famílias indígenas

Cartilha de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas.

Registro Civil de Nascimento para os povos indígenas

Sociologia Brasileira e a questão indígena

O índio e o negro nos livros didáticos de Sociologia adotados no PNLD

A alteridade ameríndia e as fronteiras simbólicas da nação

43 Mulheres indígenas do Brasil e da América Latina para se inspirar

Sociedades indígenas e gênero

10 curiosidades sobre povos indígenas

Código de ética ancestral

30 documentários sobre diferentes culturas indígenas e realidades

8 documentários sobre as culturas indígenas

Vale dos Esquecidos - Documentário

Podcast "Mitografias" sobre o livro 1499: O Brasil antes de Cabral

Vídeos Povos Indígenas Portal Ypadê

Etnocentrismo

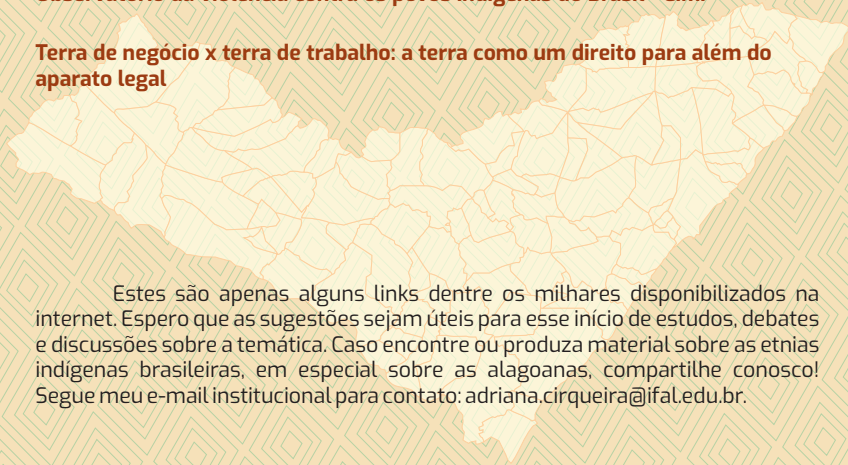
Saberes compartilhados: a socialização da cerâmica das mulheres Kariri-xocó de Alagoas

Demarcação de terras indígenas: o genocídio de várias civilizações

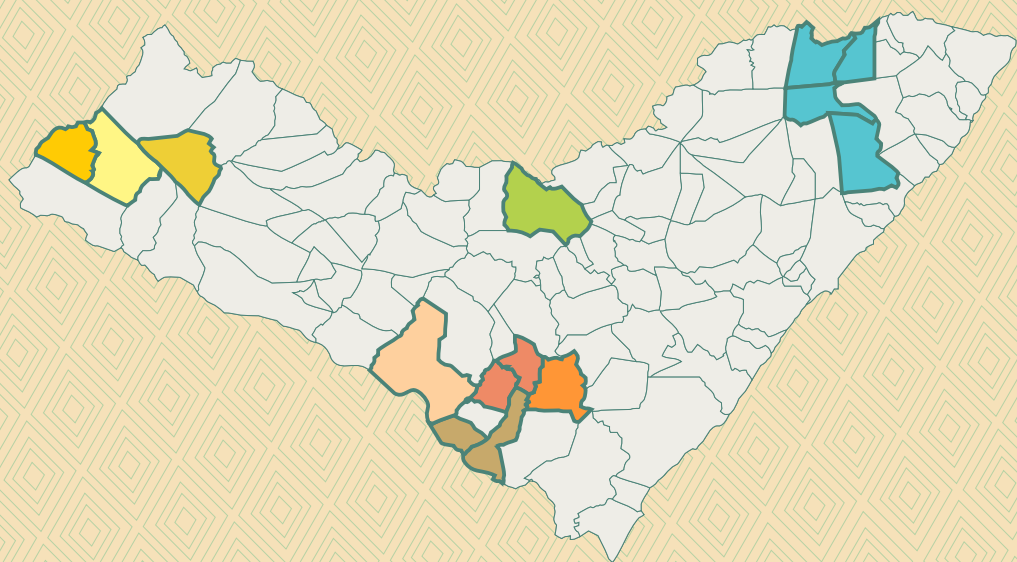
Quais são as principais lutas dos povos indígenas em 2020?

Observatório da violência contra os povos indígenas do Brasil - CIMI

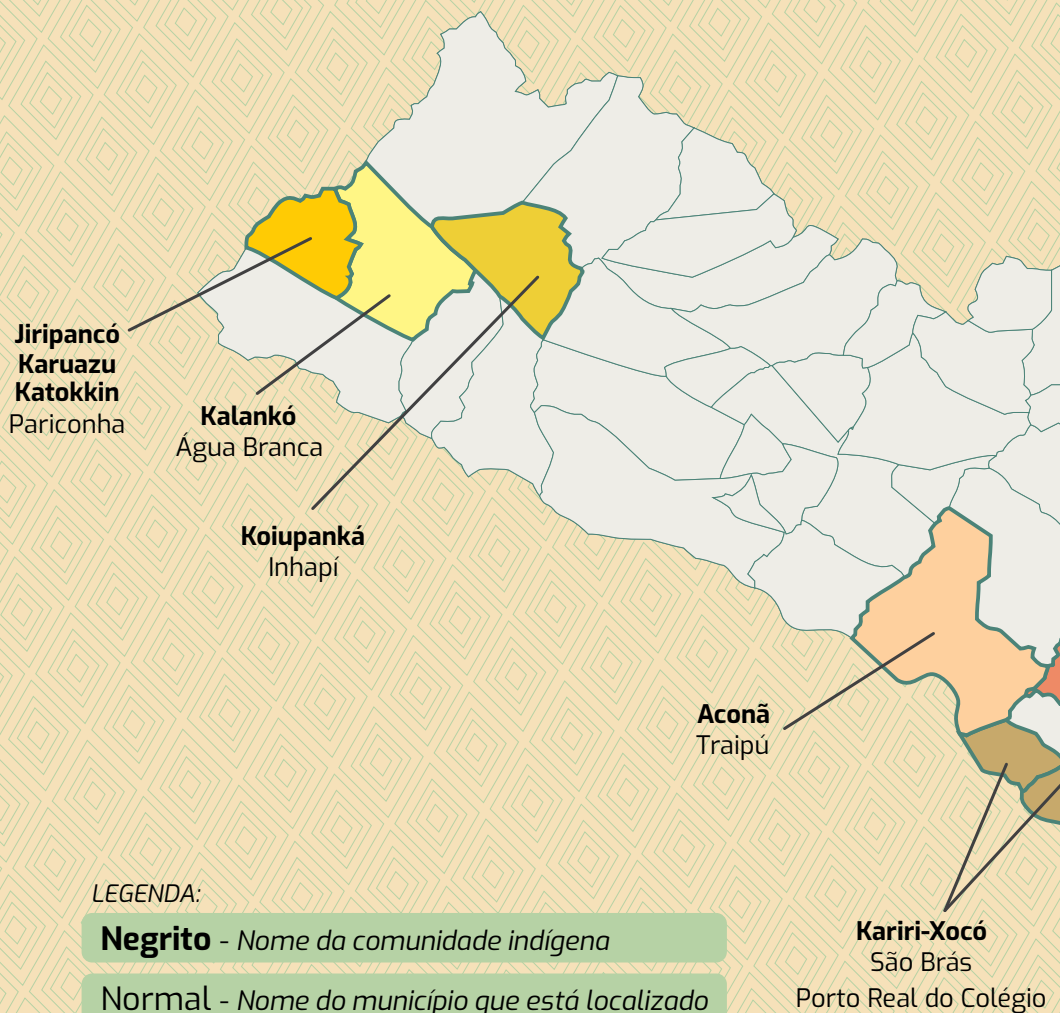
Terra de negócio x terra de trabalho: a terra como um direito para além do aparato legal



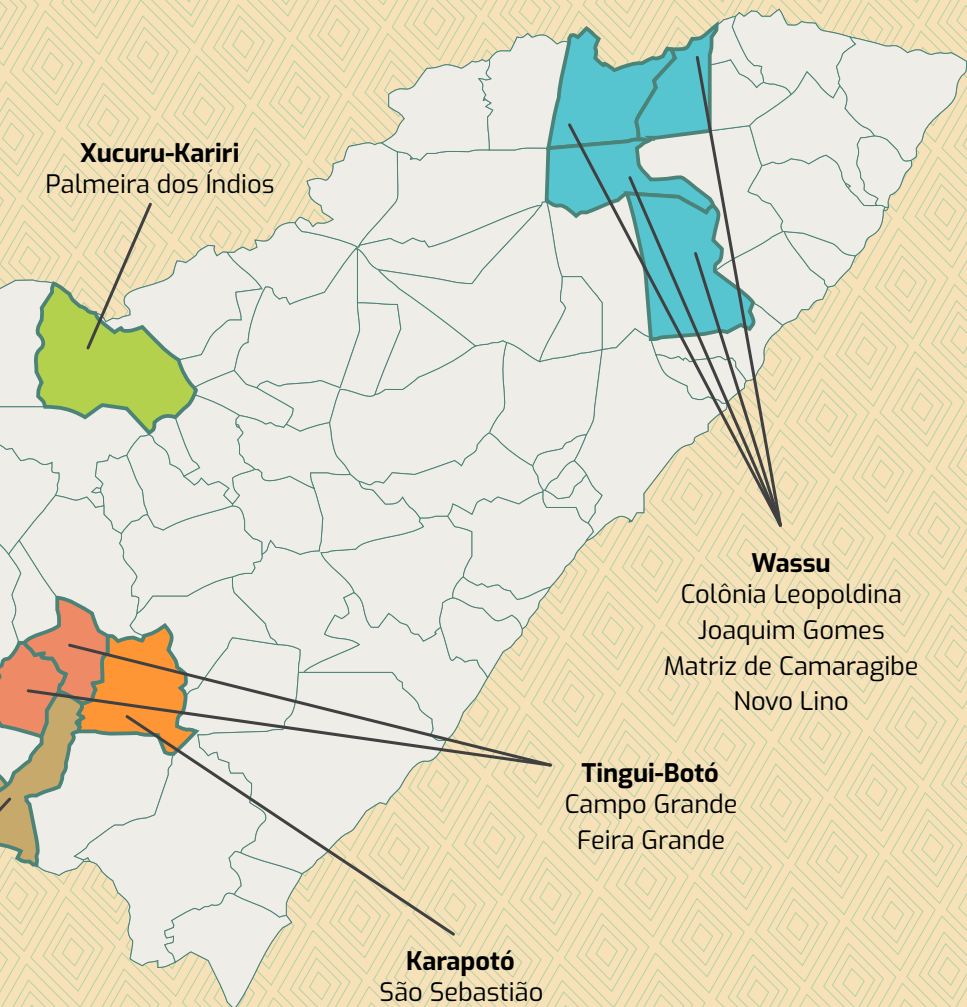
Estes são apenas alguns links dentre os milhares disponibilizados na internet. Espero que as sugestões sejam úteis para esse início de estudos, debates e discussões sobre a temática. Caso encontre ou produza material sobre as etnias indígenas brasileiras, em especial sobre as alagoanas, compartilhe conosco! Segue meu e-mail institucional para contato: adriana.cirqueira@ifal.edu.br.



ETNIAS INDÍGENAS DE ALAGOAS



Observação: Existe um grupo de indígenas Pankararu no município de Delmiro Gouveia



REFERÊNCIAS

05

ALMEIDA, Luíz Sávio de (Org.). **Resistência, Memória, Etnografia**. Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, Volume VIII. Maceió: Edufal, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena**. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

AMORIM, Siloé Soares. **Índios ressurgidos: a construção da auto-imagem. Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catókinn e os Koiupanká**. Campinas: Instituto de Artes da UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2003.

BORBA, João R. A. **O cunhadismo indígena e a igualdade política entre os tupi-guarani**. Projeto Quem. Disponível em <http://abre.ai/projetoqueum>, acesso em 10 de janeiro de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Brasília. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 24 de outubro de 2018.

CERQUEIRA, Andre. **Oca do Saber**. 2019. Fotografia

_____. **Pedra Sagrada Wassu**. 2019. Fotografia

_____. **Geralda, Wassu**. 2019. Fotografia

D'ANGELLIS, Wilmar R., VEIGA, Juracila. **O trabalho e a perspectiva das sociedades indígenas no Brasil**. In: O futuro do trabalho na sociedade brasileira. São Paulo, 14-17 nov. 2001. Simpósio Nacional da Pastoral Operária

DUARTE, Abelardo. **Tribos, aldeias & missões de índios nas Alagoas: considerações sobre o contingente indígena e sistematização dos seus grupos históricos e sobreviventes.** Separata da Revista Instituto Histórico de Alagoas, Vol. XXVIII, ano de 1968. Maceió - AL: Imprensa Oficial, 1969.

ECKHOUT, Albert. **Dança dos Tarairiu (Tapuias).** Óleo sobre tela, s.d., 168x294 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhagen. Reprodução fotográfica: autoria desconhecida. Disponível em <http://abre.ai/dancatapiuos>, acesso em 30 de maio de 2020.

_____. **Mulheres da colônia no século XVII: a mulher tapuia, a mulher tupi, a mulher mameluca e a mulher negra, respectivamente.** Montagem em preto e branco das 4 pinturas em óleo sobre tela utilizada nas Provas objetivas de Geografia de História do Vestibular da PUC Rio. questão 2 de História, p. 5. Disponível em <<https://is.gd/VfRy78>>, acesso em 12 de janeiro de 2020.

FREIRE, Adriana C. **Praías na festa anual da aldeia Katokkin.** 2019. Fotografia.

_____. **Praías.** 2019. Fotografia.

_____. **Entrada do território indígena Xukurú-kariri.** 2020. Fotografia.

_____. **Dona Zezinha Xukurú-kariri.** 2020. Fotografia.

GRUPIONI, Luis Donisete Bensi (Org.). **Índios no Brasil.** Ministério da Educação e Desporto. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/>, acesso em 23 de outubro de 2018.

HONDIUS, Henricus. JANSSENIUS, Johannes. **Americae Pars Meridionalis.** Gravura em cobre, impressa em papel, 46x55 cm. Nouveau Theatre du Monde ou Nouvel Atlas, incluindo Les Tables e Descrições de todas as regiões da Terra. Amsterdã. 1641. Reprodução fotográfica: autoria desconhecida. Disponível em <<https://is.gd/onxWR5>>, acesso em 12 de janeiro de 2020.

JESUS, Gutemberg de. **Casamento indígena.** 2017. Fotografia.

_____. **Pintura corporal indígena para o casamento de Rani Kariri-xoco.** 2017. Fotografia.

LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão: os currais de boi e os índios do corso**. Editora Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In J.P de Oliveira (org.), *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1999, pp. 11-36.

PIRES, Maria Idalena. **Guerra dos Bárbaros – O terrível genocídio que a História oficial não conseguiu esconder**. 2015. Disponível em <http://abre.ai/guerrabarbaros>, acesso em 10 de janeiro de 2020.

PORTINARI, Candido. **A Primeira Missa no Brasil**. Têmpera sobre tela, 272,5x500 cm, 1948. Museu Nacional de Belas Artes. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC). Reprodução fotográfica: autoria desconhecida. Disponível em <https://is.gd/3XVP4C>, acesso em 30 de maio de 2020.

POST, Frans. **Vista do Rio São Francisco, Brasil, com Fort Maurits e uma capivara**. Óleo sobre tela, s.d., 60x88 cm. 1638. Museu do Louvre, Paris. Reprodução fotográfica: autoria desconhecida. Disponível em <https://is.gd/gvif75>, acesso em 28 de junho de 2020.

RAMOS, Suryana. **Elisiane Suíra, Kariri-xocó**, 2019. Fotografia.

SÁVIO, Domingos. **Criança Jiripancó**. 2019. Fotografia.

_____. **Mostra cultural da escola Jiripancó**. 2019. Fotografia.

_____. **Oferendas**. 2019. Fotografia.

SANTANA, Luana. **Vitória Correia Cirqueira, Katokkin**. 2019. Fotografia.

SANTOS, Cícero Pereiro dos (acervo pessoal). **Formatura**. 2015. Fotografia.

SANTOS, Marysa Silva dos. **A Resistência indígena no Rio Grande 1688-1720**. Disponível em <http://hdl.handle.net/123456789/314>, acesso em 16 de janeiro de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados Ltda. 2007. Campinas.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, Apr. 2007. Disponível em <https://tinyurl.com/y889xl99>, acesso em 13 de outubro de 2018.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX): os índios das matas nas falas e relatórios oficiais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em <https://tinyurl.com/yde2ngdf>, acesso em 02 de março de 2019.

_____. **Geripankó: a formação de um território indígena no alto sertão**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). Índios do Nordeste: etnia, política e história. Maceió: EDUFAL, 2008.

SILVA, Luiz Fennando Villares (org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio. 2008. Disponível em <https://tinyurl.com/y7c2nxrp>, acesso em 22 de fevereiro e 2020.

VIEIRA, Jorge L. **Gonzaga. Povos do sertão de Alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização**. Revista Forum Identidades. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez de 2010. Disponível em <https://tinyurl.com/y958sk3n>, acesso em 12 de outubro de 2018.

_____. **Práticas identitárias e ressignificação do universo imaginário dos povos indígenas do sertão de Alagoas**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Tese de doutorado. 2014. Disponível em <https://tinyurl.com/yb8zccy2>, acesso em 12 de outubro de 2018.

